Terca-Feira, 17 de Novembro de 2026

A insegurança também é um imposto sobre o Brasil

A violência cobra uma conta que não aparece nos boletos, mas pesa diariamente no bolso dos brasileiros. É um imposto silencioso, pago por quem precisa instalar câmeras, contratar vigilância, colocar grades nas portas, pagar seguros mais caros e, muitas vezes, mudar seus hábitos para tentar escapar da criminalidade.

O comerciante que encerra o expediente mais cedo por medo de assaltos, o empresário que investe em segurança em vez de ampliar seus negócios, o trabalhador que evita determinados trajetos e a família que deixa de frequentar espaços públicos por receio da violência são exemplos de uma realidade que compromete não apenas a tranquilidade, mas também a economia do país.

A insegurança reduz a liberdade, prejudica o ambiente de negócios e transfere para o cidadão uma responsabilidade que pertence, em primeiro lugar, ao Estado: garantir o direito de viver e trabalhar em paz.

Os números mostram que o problema exige atenção permanente. O Brasil registrou 40.775 mortes violentas intencionais em 2025, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. É verdade que houve redução de 8,2% em relação ao ano anterior, alcançando a menor taxa desde 2012.

Trata-se de um avanço importante, mas ainda estamos falando de mais de 40 mil vidas perdidas em apenas um ano. Além disso, os feminicídios e as mortes decorrentes de intervenções policiais apresentaram crescimento.

Em Mato Grosso, também houve redução das mortes violentas, de 902 registros em 2024 para 728 em 2025. É uma evolução que merece reconhecimento, mas não permite baixar a guarda. A presença de organizações criminosas, o tráfico de drogas e os crimes patrimoniais continuam impondo desafios às autoridades e à população.

O Brasil precisa compreender que segurança pública não se resume à presença de policiais nas ruas. É necessário investir em inteligência, investigação, integração entre as forças policiais, controle do sistema prisional e combate ao financiamento das organizações criminosas. Prender é importante, mas desarticular as estruturas que sustentam o crime é indispensável.

Também precisamos abandonar a ideia de que o cidadão deve se acostumar a viver com medo. Não é normal que uma família tenha receio de sair à noite, que um comerciante trabalhe atrás de grades ou que uma pessoa precise planejar seus deslocamentos considerando o risco de ser assaltada.

A liberdade não existe plenamente quando o cidadão está confinado pelo medo. E não há desenvolvimento econômico consistente quando empreender, trabalhar ou simplesmente circular pelas cidades significa assumir riscos que deveriam ser combatidos pelo poder público.

O Estado precisa cumprir sua obrigação mais elementar: proteger a vida, o patrimônio e a liberdade das pessoas. Isso exige planejamento, recursos, coordenação e, sobretudo, continuidade das políticas públicas, para que a segurança não seja tratada apenas como assunto de ocasião.

A conta da violência é paga por todos, mas pesa especialmente sobre quem tem menos condições de se proteger. Enquanto os mais ricos podem contratar segurança privada, instalar sistemas sofisticados e morar em condomínios fechados, o trabalhador comum depende quase exclusivamente da proteção oferecida pelo Estado.

Um país verdadeiramente livre não é aquele em que cada cidadão precisa construir sua própria fortaleza para sobreviver. É aquele em que as pessoas podem abrir suas portas, trabalhar, circular e educar seus filhos sem

viver sob a ameaça permanente da criminalidade.

A segurança não é privilégio. É um direito. E o Brasil não pode continuar tratando o medo como parte normal da vida de sua população.

Rodrigo Arruda e Sá é contador, bacharel em Direito, empresário e ex-vereador de Cuiabá